

AGRICULTURA ECOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

João Carlos Canuto¹

Resumo

O presente ensaio discute um conjunto de hipóteses sobre as relações entre o processo de crescimento econômico e a entropia, sobre a emergência de uma "questão socioambiental" e sobre a ecologização da agricultura e o redesenho dos sistemas agrícolas. A agricultura ecológica (AE) é tomada como uma expressão avançada desses processos. Mas dentro dela se podem estilos diferenciados. Assim, são propostos indicadores que possam contribuir para distinguir, do ponto de vista socioambiental, cada estilo. Os indicadores socioambientais, à parte de caracterizar estilos de AE poderão servir para avaliar e comparar qualquer agroecossistema quanto à sustentabilidade socioambiental. A escala de indicadores proposta deve ser validada.

Palavras chave: *agricultura ecológica; desenvolvimento sustentável; Indicadores.*

ECOLOGICAL AGRICULTURE AND SOCIO-ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY

Abstract

The present article discusses a set of hypotheses about the relationship between the process of economic growth and entropy, the emergence of socio-environmental question and ecological aspect of agriculture and the redesigning of agricultural systems. However, there can be different styles among them. Thus, the article suggest indicators wich can distinguish each style, fron socio-environmental poit of view and also be used to evaluate and compare any agroecosystem regarding its sustainability. The scale of proposed indicators needs to be validated.

Key words: *ecological agriculture; sustainable development; indicators.*

Introdução

O presente ensaio discute um conjunto de hipóteses sobre as relações entre o processo de crescimento econômico e a entropia, sobre a emergência de uma "questão socioambiental" e sobre a ecologização da agricultura e o redesenho dos sistemas agrícolas. A agricultura ecológica (AE) é tomada como uma expressão avançada desses processos. Mas dentro dela se podem estilos diferenciados. Assim, são propostos indicadores que possam contribuir para distinguir, do ponto de vista socioambiental, cada estilo. Os indicadores socioambientais, à parte de caracterizar estilos de AE poderão servir para avaliar e comparar qualquer agroecossistema quanto à sustentabilidade socioambiental.

Também discutiremos as relações entre o crescimento econômico e os limites ecológicos à sua expansão indefinida. Se argumenta sobre o surgimento de uma questão socioambiental², que perpassa a questão puramente ecológica, mas tem

¹EMBRAPA/CNPMA e Universidad de Córdoba

²O termo "socioambiental" é aqui entendido na sua asserção mais ampla, isto é, como a associação de perspectivas ecológica e social, onde se fundem as dimensões socio-política, econômica e

origens no mesmo sistema econômico. O encontro entre a lógica capitalista e as suas consequências socioambientais proporciona um quadro político contraditório, configurado por orientações ora expansionistas, ora socioambientalistas.

1. ECONOMIA E QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

1.1. Crescimento econômico e entropia

A crença na possibilidade de que o crescimento econômico possa ser infinito está abalada, não só pelo trabalho dos economistas ecológicos, como desde mais de 20 anos, pelo próprio informe do Clube de Roma. Entretanto, a perspectiva do crescimento a todo custo não se alterou neste tempo. Hoje, apesar das claras evidências da acelerada degradação dos recursos naturais, não se nota que os agentes econômicos estejam de fato incômodos com o problema. Comentaremos adiante que esta afirmação não é absoluta mas guarda contradições importantes, quem sabe embriões de reais mudanças.

Para esta discussão, é importante confrontar os pressupostos da economia convencional e da economia ecológica, que têm perspectivas dissonantes sobre a relação economia-ecologia. Para os economistas ecológicos, como é o caso de Daly³, a economia é um sistema aberto dentro de um sistema total, a natureza, que é finito e fechado. Portanto, os fluxos da economia não são só internos: ela se comunica externamente com a energia solar. Os ciclos de produção (ou *throughputs*) não representam um movimento contínuo de produção, onde nada se perde. Daly adverte que isto leva a reconhecer o papel explícito da entropia, porque, de um lado, os materiais não podem ser totalmente reciclados e, por outro, porque a energia não pode ser reciclada. Assim, dentro de uma dimensão quantitativa (com base na primeira lei da termodinâmica), tanto a retirada de matéria e energia como sua inserção em um ecossistema, podem romper seu funcionamento normal. E existe outra razão (ligada à segunda lei da termodinâmica) que diz que a matéria-energia retirada é qualitativamente diferente da matéria-energia reinserida em um ecossistema, ou seja, que os *throughputs* passam de um estado de baixa a um de alta entropia. Essas percepções têm seus precursores já desde o final do século passado. No entanto é em Georgescu-Roegen que se afirma e influencia os novos economistas ecológicos, principalmente a partir de sua obra *The entropy law and the economic process*. Nela, insiste na impossibilidade do crescimento exponencial da economia, devido à existência da lei da entropia⁴. A escola de economistas ecológicos reconhece basicamente que "a economia não é uma corrente circular ou espiral de

propriamente ecológica. Esta soma de perspectivas pode dar pistas de como cada forma de agricultura pretende construir seu projeto de futuro. Por outra parte, quando usamos o termo "ecológico", nos referimos aos recursos e processos naturais. Daí derivam as expressões limites ecológicos, estoques de recursos ou sustentabilidade ecológica.

³ DALY (1991).

⁴ MARTINEZ ALIER, J. (1992).

valor de troca, um carrossel entre produtores e consumidores, mas um *throughput* entrópico de energia e materiais que atravessa a economia".

Ademais, a substituição de recursos naturais (em processo de exaustão) por capital, na qual têm fé os economistas convencionais, não é tese fácil de defender. Este raciocínio se vê comprometido pelo fato de que "a economia humana passou da época na qual o fator limitante para o crescimento econômico era o capital produzido pelo homem, para uma em que o fator limitante é o capital natural remanescente"⁵. Capital e recursos naturais são basicamente complementares, com uma possibilidade muito restrita de substitubilidade. Deste modo, a crença em uma contínua substituição dos recursos naturais por novo capital humano, produto da investigação científica e tecnológica, merece ser reduzida à sua real dimensão. O otimismo tecnológico professado pelos defensores do crescimento econômico indefinido deve ser discutido. Conforme o próprio Geogescu-Roegen, quem sabe seria melhor, ao contrário do princípio da maximização da utilidade, recomendar o da minimização do arrependimento futuro: "esta parece ser a única receita razoável para enfrentar a incerteza mais incerta de todas, a incerteza histórica"⁶. Martinez Alier, tomando como exemplo o aquecimento global, também trata da questão da incerteza sobre o funcionamento dos ecossistemas, o que "impede radicalmente a aplicação da análise de externalidades. Há externalidades que não conhecemos.

Outras, que se conhecemos, não sabemos dar-lhes um valor monetário atualizado, por não sabermos tão-só se são positivas ou negativas"⁷. Deste modo, onde ainda não temos respostas, que, segundo muitos autores, conforma a maioria das situações, deveríamos atuar com precaução. Dovers e Handiner, referindo-se ao *princípio de precaução*, remetem à um documento do IGAE, que diz: "onde existem ameaças sérias ou irreversíveis ao meio ambiente, a falta de uma certeza científica não pode ser tomada como razão para postergar medidas de prevenção à degradação ambiental"⁸. A expansão econômica, ao manter sua lógica de acumulação acelerada, implica inexoravelmente em degradação ambiental. A degradação pode apresentar-se em graus variáveis. Um baixo grau de entropia pode ser sustentável na medida em que não supere a capacidade de assimilação do ambiente (poluição) e sempre que os níveis de extração não excedam os de regeneração dos recursos (estoques de capital natural). A perspectiva de tempo é central nesse caso, já que processos sustentáveis a curto prazo podem revelar-se a longo prazo como insustentáveis.

⁵ DALY, H. E. (1991), op. cit., pág. 17. A natureza complementar, e não de substitubilidade perfeita, da relação entre capital humano e capital natural, pode ser esclarecida por questionamentos muito simples, como os feitos pelo autor: "de que serve uma serraria sem urna floresta, se a produção de madeira está limitada pela extensão das florestas remanescentes e não pela capacidade das serrarias?".

⁶ Citado por MARTINEZ ALIER, J. (1992), op. cit., pág. 34.

⁷ MARTINEZ ALIER, J. (1993).

⁸ IGAE - Intergovernmental Agreement on the Environment, citado por DOVERS, S. R. e J. W. HANDMER (1995). Estes autores relacionam sustentabilidade e princípio de precaução, onde recomendam investigar as lacunas de ignorância (por exemplo, situações em que faltam informações técnicas apropriadas). Para eles, tal atitude leva francamente a uma dimensão científica e política, "de longe mais política que científica" (pág. 97).

Hoje mesmo, impera a tendência do avanço do crescimento econômico e do conseqüente incremento dos problemas ambientais, ou seja, uma tendência não sustentável a longo prazo. Entretanto, encaixado dentro desta tendência, se está verificando um comportamento ecologizante. Ele se produz basicamente por duas forças. Uma delas é a preocupação seletiva, desde a própria economia capitalista, com a manutenção da capacidade produtiva de alguns recursos naturais. A outra é representada pelos setores sociais que se opõem a reformas verdes superficiais e, para tanto, provocam pressões políticas para inverter essa tendência. Tais pressões impulsionam mudanças mais além do que se propõe o capital para sua autoconservação.

Assim, a via dominante hoje é a de uma *sustentabilidade técnica dos fatores de produção*⁹ e está, ligado à noção de *sustentabilidade frágil*¹⁰. A sustentabilidade no sentido forte da palavra se caracteriza pela manutenção de uma quantidade de capital natural crítica para a economia a longo prazo. Já a sustentabilidade no sentido frágil, se define pela preocupação em manter uma soma de capitais (natural e manufaturado), onde não importa a proporção de cada qual, nem o ritmo de substituição.

Parte dos atuais impactos ambientais poderão ser contornados à base de desenvolvimentos tecnológicos. Entretanto, permanece a percepção de que muitas dessas soluções serão sempre provisórias, resolvendo certos problemas enquanto criam novos, ou seja, colocando paliativos e “empurrando” para um futuro (incerto) a solução. O crescimento econômico, tal como está hoje concebido, representa um alto grau de desordem no *sistema mundo*. À parte da já comentada ignorância sobre os impactos futuros, há evidências de que esse crescente caos não pode ser remediado inteiramente por ecologizações seletivas da produção. A tendência do crescimento econômico indefinido, associada à necessidade de preservar certos recursos, resulta ainda em um saldo de alta entropia. A sustentabilidade de longo prazo depende do respeito a certos limites da natureza. Na agricultura, a recuperação da sustentabilidade perdida com a agricultura moderna depende do incremento da diversidade e da complexidade dos sistemas agrícolas. Se a desordem do sistema não pode ser maior que sua capacidade de assimilação, joga importante papel a estabilidade proporcionada pela diversificação e complexificação dos sistemas agrícolas. Por outro lado, o problema dos estoques de capital natural tem também grande importância na agricultura. Por exemplo, o estoque de solo fértil se está reduzindo em função das práticas da agricultura moderna. A manutenção do ritmo de exploração dos recursos naturais desta agricultura vai trazer, não se sabe em quanto tempo, um estrangulamento na economia agrícola e a produção de externalidades presentes e futuras.

⁹ Nos termos empregados em CANUTO, J. C. (1992).

¹⁰ Ver a respeito a seção sobre indicadores de sustentabilidade em MARTINEZ ALIFR, J. (1995).

1.2. A questão socioambiental

É importante ver a ecologização e a não-ecologização como processos históricos, em que existe a permanente presença de um estado de crise: entre o modelo do crescimento e as limitações ecológicas, e entre o mesmo modelo e as tensões sociais que ocasionam a redução e concentração da propriedade dos recursos naturais. Estes fenômenos conjuntos de crise configuram uma questão que ultrapassa o limite do "ecológico" e se apresenta como um processo macro-social o qual começa a impor à economia de mercado limitações econômicas e políticas. O conjunto dessas restrições, se bem que plasmadas desde diferentes frentes e a partir de interesses contraditórios, desemboca em um leito comum, qual seja a preocupação "generalizada" em dar respostas à crise ambiental. O conjunto dessas respostas é entendido aqui como *ecologização*, noção teórica que trataremos adiante.

O crescimento econômico fortemente entrópico gera, para além da dimensão ecológica, uma questão socioambiental, porque todos os problemas ecológicos e sociais (e suas interações) derivam simultaneamente dele. E também porque os problemas ecológicos são quase sempre problemas humanos. Tanto os impactos diretos sobre a saúde e a qualidade de vida, quanto a redução dos *stocks* de capital natural, incidem imediatamente sobre a sociedade.

Toda a profusão de discursos em favor do *desenvolvimento sustentável* encobre e deixa volátil a noção de sustentabilidade. Se concebemos *desenvolvimento sustentável* tão-somente como o uso prudente dos recursos hoje para os ricos de amanhã, de qualquer forma, salvaguardamos por algum tempo mais a sustentabilidade ecológica. Mas a exclusão da dimensão social esvazia a própria idéia de desenvolvimento. A *questão socioambiental* funde de forma indissolúvel preocupações sociais e ecológicas. Tanto a *questão social* como a *questão ecológica* tem em suas origens o mesmo sistema econômico.

O argumento da prioridade política à questão social é insuficiente: a pobreza é um problema urgente mas a degradação da natureza, nesse fim de século, também já o é - e será mais quanto mais avançar o crescimento econômico. À parte disso, a própria questão ecológica produzirá outras questões sociais derivadas, entre elas, a possível expansão dos níveis de pobreza dado o crescente processo de exaustão dos recursos. Como consequência da entropia crescente, recursos antes abundantes e que, com o passar do tempo, se tornam cada vez mais escassos, passam a constituir-se em arenas de disputa. Assim, é possível pensar na hipótese da avanço ainda maior da pobreza, pela redução e/ou concentração da disponibilidade de recursos naturais.

1.3. Tendências e contra-tendências

Dentro do aparente emaranhado de proposições constituintes do discurso do desenvolvimento sustentável, com mais cuidado se podem distinguir, em sentido amplo, duas perspectivas principais. Uma primeira, se constrói sob o signo do

crescimento, do otimismo tecnológico, do mercado globalizado, do consumo de massas, da prioridade da economia sobre a ecologia, das políticas neoliberais e da pobreza. Nela a ecologização seletiva se deriva mais bem de um projeto de manutenção da economia capitalista do que de transformações socioambientais profundas. Hoje esta perspectiva é dominante, mas sua proposta subjacente de sustentabilidade frágil levará ao prolongamento e embrutecimento da crise socioambiental.

Mas também é importante ver como, justamente essa perspectiva gera a sua contrária. Um número cada vez maior de atores e movimentos está convencido que os processos produtivos, tal como ocorrem hoje, provocam demasiados danos à natureza e comprometem o futuro. Para evitar o caos que se está avizinando, recomendam cautela com a incerteza, redução do tamanho da economia e do consumo a níveis compatíveis com a assimilação e regeneração naturais. Propõe a instituição de uma ética social que ultrapasse a esfera do mercado e que respeite as singularidades locais/regionais, étnicas e culturais, que, aliado à busca da equidade social, se projetem em transformações socioambientais profundas. Em outras palavras, propugna uma solidariedade social intra e intergeracional. Esta perspectiva se está construindo socialmente, ainda mais no âmbito da consciência e menos no das práticas econômicas e políticas. Pretende ultrapassar a frágil sustentabilidade proporcionada pelas ecologizações seletivas e evitar o reducionismo tecnológico que ignora o contexto social real. Sua utopia é a construção, não de respostas setoriais, mas de uma *sociedade sustentável*.

2. ECOLOGIZAÇÃO E AGRICULTURA ECOLÓGICA (AE)

Ecologização é uma noção geral que compreende múltiplas manifestações, nas quais sempre há a incorporação, ampla ou seletiva, de uma dimensão ecológica aos discursos e práticas sociais.

Poderíamos sintetizar a noção de ecologização proposta aqui, unificando dois conceitos definidos por Buttel, o de *greening* e o de *environmentalization*. O primeiro diz respeito a fenômenos ideológicos e simbólicos, ou seja, ao incremento da dimensão ecológica no discurso social. O segundo ocorre quando o processo de *greening* alcança as instituições e suas práticas, isto é, quando a questão ecológica se introduz nos agentes políticos, no âmbito da educação, nas instituições científicas, entre outro¹¹. Ademais, muitas vezes os dois são processos distintos analiticamente mas, dentro da noção de *ecologização*, formam uma unidade. Ecologização é vista, aqui como um conjunto de manifestações oriundas dos mais diferentes atores sociais, nos quais se amplia a consciência ou se orientam as práticas econômicas a maiores graus de incorporação da dimensão ecológica.

¹¹ BUTTEL, F. (1993).

2.1. Perspectivas gerais da ecologização

Os comportamentos dos agentes sociais frente à questão ecológica e socioambiental são os mais diversos. Em que pese toda a argumentação sobre os limites ecológicos da livre expansão econômica, e à falta de uma crise mais forte que colapse o sistema drasticamente, o comportamento dominante na atualidade é o do crescimento econômico acelerado. Então, a primeira perspectiva é a da *não-ecologização*. A segunda perspectiva é a da *ecologização retórica*, que freqüentemente tem efeito desmobilizador. No espaço desta discussão vamos tratar das duas outras perspectivas, estas de cunho prático: a *tecnológico-mercantil* e a *socioambiental*. Estas noções têm aplicação direta na análise dos estilos de AE.

Perspectiva tecnológico-mercantil

Esta perspectiva é a que informa que existem suficientes razões para que o sistema econômico ultrapasse a retórica vazia. Como a intenção de *não atuar* não é absoluta (pois, como vimos, o capital tem problemas ecológicos a resolver para sua própria reprodução), parte das forças sociais dominantes já se empenha em buscar modos de conservar certos recursos naturais. A perspectiva limitada destas ações corre por conta principalmente das soluções tecnológicas.

A solução retórica, como dissemos, é provisória, mantida até que as contradições entre capital e natureza não conformem uma crise concreta, seja ela de origem política ou diretamente econômica. Neste caso, as soluções devem ultrapassar o nível da retórica e incorporar a dimensão ecológica diretamente nas atividades econômicas, por meio de vários mecanismos, como podem ser a reorientação da tecnologia, das bases legais, das políticas públicas.

Em síntese, esta perspectiva é, a uma vez, tecnológica e mercantil. Na agricultura, se pode ver a ascensão de sistemas fundados neste binômio. Do lado da produção, há uma especialização tecnológica que, se tem um corte ecológico, indica reestruturações inclinadas à obtenção de uma sustentabilidade técnica dos recursos produtivos, de uma sustentabilidade frágil, portanto. Já no âmbito da comercialização, busca-se, como na agricultura empresarial, os nichos que indicam maior lucratividade.

Esta posição corresponde, na agricultura, a uma avalanche de experiências de redesenho dos sistemas produtivos, em que, em graus muito variados, se incorpora um comportamento ecológico. Assim, na prática, agricultura sustentável pode significar desde qualquer reparo tecnológico em um monocultivo comercial, até a concepção de sistemas agrícolas completamente redesenhados, como é a agricultura ecológica.

Perspectiva socioambiental

A última perspectiva de ecologização, minoritária mas crescente, é propriamente a *socioambiental*. Faz parte ou está ligada aos movimentos sociais e ecológicos e tem cunho popular. Consiste basicamente na constituição de uma força social que se propõe a um duplo esforço. Um primeiro, o de superar a retórica ecológica. Isso não quer dizer suprimir o discurso ecológico mas sim superar seu efeito tópico, rumo à geração de consciência efetiva. E, em consequência, que esta consciência prepare a ação, e que esta seja concreta. O segundo esforço consta de pressionar para que as demandas sociais sejam prioridade absoluta nas estratégias de desenvolvimento sustentável. O resgate histórico da questão da equidade social continua central e atual nestes momentos de globalização. O encontro deste argumento com o da sustentabilidade ecológica, conforma a perspectiva socioambiental. Sua unidade vem de que os problemas não são separadamente ecológicos ou sociais.

Na agricultura brasileira a corrente socioambiental não parece formar um bloco consistente, nem mesmo parece ainda reconhecer-se cabalmente referida a um movimento socioambiental. No entanto, não desprezamos esta posição porque, principalmente nos últimos anos, se vem percebendo a construção de um discurso socioambiental, embrionário mas sólido, com a convergência de forças políticas desde dentro dos partidos de esquerda e dos movimentos ecológicos. E, reforçando isto, existem experiências de agricultura que não orientam a produção somente para nichos de mercado de elite, mas que primam antes pelo trabalho com os pobres do campo.

Uma parte dos movimentos sociais e partidos políticos começou a pôr de manifesto que a questão ecológica enlaça com a questão social. Exemplo disso é a íntima relação entre a degradação ambiental e as condições de pobreza, o caráter social da propriedade e do manejo dos recursos naturais e o fato de que muitos dos impactos ecológicos produzidos pela atividade humana têm expressão planetária e repercussão transgeracional. No Brasil, nos últimos anos o próprio termo *socioambiental* está sendo cunhado nos discursos dos diversos atores integrantes dos movimentos populares.

Muitas são as evidências sobre o caráter socioambiental dos movimentos populares em todo o mundo. Dentro dessa diversidade, em um primeiro acercamento, se poderia considerar a hipótese de que a *agricultura ecológica*, em alguns de seus estilos concretos, é uma forma de ecologismo popular¹². Esta hipótese manifesta, de pronto, tanto seu poder orientador, como sua fragilidade: situa o grau de ignorância que ainda temos sobre a natureza política da questão, sobre a adequação do conceito de socioambientalismo (ou ecologismo popular) e sobre a legitimidade de considerar as experiências de agricultura ecológica como manifestações concretas de tal conceito.

¹² O conceito de *ecologismo popular* é tomado de MARTINEZ ALIER, J. (1992), op. cit.

De todas as maneiras, em um país como o Brasil, onde a agricultura familiar é tão importante como descapitalizada, e onde os impactos ecológicos da modernização agrícola colocam em perigo o estoque de recursos naturais, é fundamental pensar modelos de sustentabilidade socioambiental.

2.2. Perspectivas socioambientais dos estilos de agricultura ecológica

Esta seção tratará da *agricultura ecológica* (AE), hoje mesmo um sistema minoritário. Entretanto, sua importância radica no fato de que concentra uma série de características econômicas e ecológicas que permitem considerar o sistema já como uma síntese do processo de *ecologização*. Indica, na prática, o estabelecimento de uma forma de produção que, mantidas as expectativas de crescente importância da questão ecológica, será um sistema com lugar assegurado no futuro.

Vamos situar inicialmente a *agricultura ecológica* como uma noção ampla, que abarca uma importante variedade de formas, as quais guardam pelo menos uma identidade: a inserção de uma dimensão ecológica, associada a comportamentos técnicos e/ou sociais, como pilar fundamental do sistema. Deste modo, a *agricultura ecológica* pode ser entendida mais bem como *agriculturas ecológicas*, pois não corresponde a nenhum sistema em concreto mas se materializa por seus *estilos*. Tendo como base o que foi discutido sobre ecologização e ecologização da agricultura, tudo leva a crer que o tom mercante das mudanças será o dos redesenhos puramente tecnológicos, mais ou menos profundos, em praticamente todos os sistemas agrícolas. Naturalmente, as agriculturas ecológicas representam o bloco que incorpora as transformações mais profundas. Entretanto, estes estilos de AE, ao tempo em que compartilham o cumprimento de certas determinações técnicas mais ou menos semelhantes, também mostram diferenças importantes na composição dos seus atores e em sua orientação socioambiental e política.

Se o caminho predominante parece ser o reducionismo do *desenvolvimento a adequações técnicas*, onde está o potencial transformador que as agriculturas ecológicas prometem desde sua emergência como *movimentos rebeldes*¹³?

Estes discursos contém claramente um espaço de construção socioambiental que, em princípio, seria conflituoso com o reducionismo tecnológico. Em que medida as experiências de agricultura ecológica respondem aos enunciados mais amplos do conceito de sustentabilidade socioambiental, materializando um *discurso socioambientalista*, ou a expressão de um ecologismo popular, é ainda uma questão por verificar.

Os estilos a que mencionamos são entendidos aqui como as formas concretas da AE, que tenham um corpo constituído desde os princípios filosóficos até a forma prática em que se desenvolvem as experiências: os atores, a relação com o mercado, a lógica do sistema, sua arquitetura e funcionamento, a expressão tecnológica, o grau de diversidade biológica, a força de trabalho e a relação com o local, o comunitário e o patrimônio cultural, o compromisso social e intergeracional e o projeto social proposto.

¹³ Expressão utilizada em EHLERS, E. M. (1994).

São bastante conhecidos alguns estilos de AE, porque já tem uma trajetória não desprezível, como são a *agricultura orgânica*, a *biodinâmica*, *biológica* e *natural*¹⁴. Entretanto, percebe-se que nos últimos anos se estão experimentando outros estilos, principalmente junto à agricultura familiar, os quais ainda não estão muito definidos, mas que claramente se afastam das correntes estabelecidas. De uma parte, não são experiências camponesas *strictu sensu*, dado que se desenvolvem com agricultores familiares que têm uma história de modernização parcial e de inserção importante no mercado. De outra, não se identificam completamente com as correntes biodinâmica, orgânica, biológica ou natural, porque, ainda que compartilhem boa parte dos procedimentos, tem uma lógica e um projeto social bem diferenciados.

De qualquer maneira, todos estes estilos são, para os propósitos da presente discussão, incluídos em uma grande chave: os que comportam uma preocupação socioambiental e os que não a contém, os que ligam a dimensão ecológica ou ambiental à do desenvolvimento ou da equidade e os que desenham sua prática na lógica restrita do lucro, sem preocupações sociais mais amplas. Esta divisão funciona aqui mais bem como uma forma de organizar a discussão. Não esperamos encontrar na realidade nenhum estilo que se encaixe inteiramente em um ou outro destes pólos. De modo geral, todos os estilos de AE tratados têm uma certa semelhança no que toca à dimensão ecológica: suas diferenças em termos de diversidade biológica e processos técnicos é importante mas, precisamente porque são *agriculturas ecológicas*, elas comportam uma homogeneidade que as destaca da agricultura moderna. No que se refere à dimensão socioambiental, as diferenças dentro da AE são mais mercantes. As perspectivas ecológicas, sociais e políticas dos distintos estilos de AE, em resumo, o seu projeto social, pode ou não fundamentar-se em uma perspectiva socioambiental. Dessa maneira, as características ecológicas, associadas às propostas sociopolíticas, definem grupos de estilos, assim como cada estilo em particular.

Estabeleceu-se, para efeito de análise, uma classificação da agricultura ecológica em dois grandes grupos: a *agricultura ecológica empresarial* (ou também *agricultura ecológica de mercado*) e a *agricultura ecológica familiar*. Como hipótese de partida, aceitamos que: “a agricultura ecológica empresarial tem uma perspectiva tecnológico-mercantil e a agricultura ecológica familiar tem uma perspectiva socioambiental (está ligada a alguma forma de socioambientalismo ou ecologismo popular)”¹⁵.

¹⁴ Existe uma grande gama de denominações: ver EHLERS, E. M., op. cit.; ver também PASCHOAL, A. D. (1979).

¹⁵ A agricultura orgânica, a biodinâmica, a natural e a biológica, entre outras, podem ser consideradas como estilos principais de grande difusão. Estes estilos têm uma lógica que tende ao que chamamos de *agricultura ecológica empresarial*. Entretanto, também neste caso, é necessário ter cautela, porque os princípios filosóficos e as diretrizes práticas destes estilos se difundiram e se mesclaram, caindo em domínio público e produzindo formas híbridas, com ênfase ora na dimensão tecnológica, ora na ecológica, ora na social. Por exemplo, do ponto de vista técnico, grande parte das agriculturas ecológicas familiares hoje se baseiam nos princípios da agricultura orgânica. A bem da verdade, não temos claro quantos e quais são exatamente os estilos da *agricultura ecológica familiar*. A observação nos indica uma significativa variedade de formas de produzir e de

2.3. Agricultura ecológica empresarial

O primeiro grande grupo de estilos de AE, denominado *agricultura ecológica empresarial* (AEE), está intimamente ligado ao mercado, no caso, a um mercado diferenciado e especializado. Com a crescente visibilização da questão ecológica, alguns impactos específicos da agricultura, como os resíduos tóxicos em alimentos, acabaram por criar nichos de mercado para produtos agrícolas ecológicos. O importante, para esta agricultura, é garantir a qualidade interna do produto para consumidores "especiais". O agricultor quase nunca é do tipo "familiar proletário", sendo freqüente a presença de agricultores de maior capacidade econômica, incluídas pessoas provenientes da cidade. Outro fator que pode ser diferencial é a própria tecnologia. De um lado ela tem um corte ecológico, uma inspiração tradicional. De outro, ela às vezes reduz aquela riqueza a uma mínima expressão, suficiente para garantir a qualidade desejada do produto. Ademais, se pode dizer que estes novos desenhos tecnológicos nem sempre são processos de simples adoção nem tampouco de baixo custo. Os estilos de AEE privilegiam a dimensão empresarial e, ainda que apresentem claras vantagens ecológicas comparadas à agricultura moderna, não trazem em primeiro plano uma preocupação socioambiental. Em princípio, não são originados dentro dos movimentos sociais de base mas sim se constituem e organizam como grupos de ação coletiva de caráter mercantil.

2.4. Agricultura ecológica familiar

O segundo grupo de estilos de AE é a *agricultura ecológica familiar* (AEF)¹⁶ e tem uma base social mais próxima da popular. O núcleo familiar move o sistema basicamente dentro de uma lógica de reprodução social. O mercado aparece como peça fundamental, sempre em função daquela lógica. Vale então o que dissemos antes sobre a agricultura familiar em geral: o comportamento em relação ao mercado é o de acercamento e distanciamento estratégicos. Alguns agricultores, ou mesmo a maioria deles em situações concretas favoráveis, poderão buscar os mercados próprios da agricultura ecológica empresarial. No entanto, se estão construindo outras vias, como mercados de venda direta nas periferias, sem incrementos de preço do produto ecológico, derivados de prêmios de qualidade. Dessa maneira se alcançam dois objetivos associados: ecológicos, pelo aumento da sustentabilidade, e sociais, do lado do agricultor e do consumidor. Essas alianças

reproduzir-se socialmente. Assim, faz falta uma tipificação mínima, em que os tipos construídos possam refletir tal diversidade.

¹⁶ Também se poderia denominar a *agricultura ecológica familiar de agroecologia*, que é um termo utilizado por alguns autores. Esta corrente coloca no centro da ação o agricultor familiar de estilo camponês, onde se deve potenciar o conhecimento tradicional e a diversidade ecológica e cultural, o desenvolvimento endógeno e a ação social e política [ver SEVILLA GUZMÁN, E. (1991); SEVILLA GUZMÁN, E. & A. LÓPEZ CALVO (1994)]. Por outro lado, outros autores tratam o termo *agroecologia* simplesmente como a disciplina científica que fundamenta a ação de produzir ecologicamente na agricultura [ver por exemplo ALTIERI, M. A. (1987)]. Muitas organizações trabalham hoje no Brasil relacionando *agricultura familiar e agroecologia*.

entre agricultores e consumidores estão hoje mesmo sendo construídas, freqüentemente animadas por ONGs e movimentos populares.

3. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DA AGRICULTURA ECOLÓGICA

Nesta última seção se vai fazer uma tentativa de propor uma série de indicadores, buscando aproximar as dimensões ecológica e social. Por meio deles se poderia medir o grau de opção à perspectiva socioambiental que tem cada estilo de AE, permitindo a comparação entre eles e o acompanhamento da evolução dos mesmos¹⁷. Como os indicadores incidem sobre os agroecossistemas, estes comporiam os casos empíricos a avaliar (para os estilos de AE já bem conhecidos, como a agricultura orgânica, biodinâmica, etc.). À parte disso, poderiam fornecer as pistas para definir estilos ainda em construção ou recentes (dentro do grupo da agricultura ecológica familiar). O interesse por avaliar a sustentabilidade da agricultura ecológica está em que ela às vezes é tratada como homogênea mas apresenta uma grande variedade de formas.

Um indicador socioambiental pode ser de corte ecológico, sempre que tenha uma importante repercussão social. Por exemplo, a ciclagem dos nutrientes do solo é um fenômeno ecológico (físico, bioquímica, geológico). Mas a alteração das condições deste processo, pela sobre-exploração do solo (dadas extremas condições de pobreza) ou pela adição de fertilizantes (para aumentar a produtividade por pressão do mercado), têm caráter socioambiental. Procurou-se selecionar indicadores socioambientais que abrangessem parâmetro ecológicos e parâmetros sociais, com claras interações entre si. Neste ensaio, a intenção é a de apresentar medidas qualitativas, onde se possa comparar sistemas (por meio de escalas de sustentabilidade socioambiental). Por certo, as medidas qualitativas poderiam levar a medidas quantitativas, onde seria possível ganhar em precisão, porém a construção das medidas físicas não será objeto do presente trabalho.

Não é demais dizer que a formulação dos indicadores constitui uma proposta teórica e que somente a aplicação a situações concretas pode dar-lhes consistência. A lista de indicadores é uma coleção de possibilidades das quais se pode lançar mão de uma parte para analisar um agroecossistema, compará-lo com outro ou acompanhar historicamente a evolução do nível de sustentabilidade. O que dirá quais os indicadores mais adequados será a forma como concebemos o desenho do diagnóstico do agroecossistema e, logo, sua validade prática desse desenho. Ou seja, na aplicação em uma avaliação concreta, dentro da lista geral proposta, alguns indicadores podem mostrar-se pouco úteis. Por isso, a própria lista, sem ser exaustiva, deve sugerir uma série de indicadores para cada atributo.

¹⁷ À semelhança de ASTIER, M. e O. MASERA (1996).

Quadro 1. Proposta de uma escala de indicadores de sustentabilidade socioambiental, aplicável à avaliação qualitativa de agroecossistemas.

INDICADORES	ESCALA			
	0 Próx. a insustentável	1 Pouco sustentável	2 Boa sustentabilidade	3 Sust. próxima a plena
<i>Sustentabilidade ecológica da produção:</i> relacionada a base dos recursos naturais interna a unidade produtiva, com a manutenção do estoque de capital natural para garantir a produção continuada.				
1. Estrutura do solo/erosão	Desestruturado: erosão extrema; impróprio uso econômico solo	Pouco estruturado; Erosão muito alta. Alta limitação uso do solo	Bem estruturado: erosão baixa; uso do solo pouco limitado	Estrutura ótima Erosão próxima de zero. sem Limitações
2. Salinização	Grandes áreas Salinizadas ou Processo irreversível	Importante área Salinizada ou pouco desta área reconversível	Salinização pouco Importante ou grande Parte área é conversível	Não existe salinização e sua conseqüentes Limitações
3. Biologia do solo	Biologicamente morto	Baixa presença de vida no solo	Boa pres. vida no solo	Abundância de vida no solo
4. Contaminação química solo	Muito alta grau resíduos solo	Teor de resíduos muito importante	Grau de resíduos pouco importante	Sem importância Sem restrições
5. Matéria orgânica	Insuficiente para a produção econ.	Taxa muito restritiva	Bom teor; poucas Restrições à produção.	Taxa ótima; sem restrições
6. Nutrientes minerais	Índices muito baixos; produção inviável	Índices baixos alta restrição de fertilidade	Boa fertilidade: pouca limitação à produção	Fertilidade ótima: sem limitações produtivas
7. Água para uso unidade produtiva	Quantidade ou qualidade insuficiente para a produção	Quantidade ou qualidade muito restritiva	Poucas restrições por quantidade ou qualidade	Qualidade e Quantidade ótima, não restritiva
8. Diversidade existente	Insuficiente para gerar estabilidade ecol./produt.	Diversidade muito baixa; estabilidade precária	Índice de biodiversidade e estabilidade bons	Biodiversidade adequada as funções ecol. básicas
9. Complexidade sucessões espaciais	Interação sistêmica baixa sistema muito simplificado	Poucas interações ecológicas espaciais	Desenho com bom grau de complexidade	Sistema espacialmente muito complexos
10. Complexidade sucessões temporais	Ausência quase Absoluta sucessão ou rotações	Sucessões pouco import. ecologicamente	Complexidade alta das relações ecológicas temporais	Sistema com ótima inter-relações ecológicas temporais
11. Conhecimento tradicional	Retenção ou recuperação não significativa	Pequena parte do conhecimento é tradicional	Alta retenção ou recuperação	Conhecimento tradicional é a base do sistema
12. Insumos: adequação ecológico/local	Insumos externos e industriais; não adequados ecológico/local	Poucos insumos locais; baixa adequação ecológico/local	Grande quantidade Insumos locais; adequação local e ecológica alta	Predominam insumos locais; ótima adequação ecológica/local
13. Reciclagem	Inexistente	Baixa reciclagem geral do sistema	Importante taxa reciclagem	Reciclagem próxima a circuito fechado
14. Externalidade: seg. alimentar	Não há forma conserv. recursos genéticos	Conservação pouco significativa	Grau importante de formas de conservação	Estratégias concretas de conservação

Continua.....

...Continuação

Produção de externalidades: Compreende a produção de externalidades positivas e a redução das negativas; mede repercussões externas à unidade produtiva e tem conexão com a ética intrageracional e intergeracional.				
15. Externalidades: biodiversidade	Nenhuma forma de produção serviços ambientais externos	Poucas formas de produção de serviços ambientais externos	Importante produção de serviços ambientais externos	Muito importante: estratégias concretas de conservação
16. Contam. da água por pesticidas	Contaminação compromete uso	Contaminação importante	Contaminação não compromete	Sistema não contaminante
17. Contam. Águas pôr nitratos	Contaminação compromete uso	Contaminação importante	Contaminação não Compromete	Sistema não contaminante
18. Assoreamento por erosão	Compromete o uso urbano da água	Assoreamento muito significativo	Assoreamento pouco significativo	Assoreamento por erosão Quase nulo
19. Intoxicação de pessoas	Muito freqüente	Freqüente	Pouco freqüente	Não se registram intoxicações
20. Qualidade do produto	Produto impróprio para o consumo	Quantidade importante de resíduos	Boa qualidade: resíduo baixo	Ótima qualidade interna produto
Produtividade: Tanto os aspectos da produtividade física comparada dos cultivos, como a produtividade total (ecológica) do sistema como um todo.				
21. Gestão da complexidade	Inapto para gerir Complexidade	Capacidade de gestão baixa	Importante grau capacidade	Ótimo grau de capacidade
22. Produtividade cultivos	Economicamente inviável	Baixa	Boa	Alta
23. Produtividade total sistema	Inviável como unidade produtiva	Baixa	Boa	Alta produtividade total do sistema
Equidade: Representada pela renda per capita, por rendas não monetárias e pela distribuição social das externalidades sobre as classes mais pobres.				
24. Comércio solidário	Mercado convencional	Poucas expressões	Muitas expressões	Totalmente orientada aos mercados solidários
25. Renda per capita	Abaixo nível de pobreza	Baixa	Boa	Alta
Autonomia: considera principalmente em sua dimensão econômica, representa o fortalecimento da unidade produtiva e independência relativa ao ambiente externo no sentido de obter, manter ou incrementar a capacidade de reprodução social.				
26. Esp. presentes: seg. alim. fam.	Muito pobre em rec. genéticos	Pobre em rec. genéticos	Bom potencial de rec. genéticos	Garantia da seg. alimentar família
27. Esp. manejadas mud. estratégia	Número muito baixo incapac. mudança	Número baixo pouca cap. Mudança	Número alto boa capacidade mudança	Número muito alto: alta capac. mudança
28. Conhecimento trad. e tecnologia: adaptação	Adaptação conhec. tradic e técnica não importantes	Recorre-se muito pouco; baixa capacidade adaptação	Alto grau adaptação da tecnologia e conhec. tradicional.	Estratégias concretas de recup. do conhec. tradicional
29. Insumos: dependência externa	Insumos externos e industriais; dependência externa muito alta	Predominância uso insumos industriais; alta dependência externa	Predominância uso insumos locais; pequena dependência externa	Insumos locais são base sistema; sistema próximo a autonomia
30. Solidariedade	Nenhuma expressão	Pouco presente	Presença muito importante	Formas comunitárias de vida, trabalho e trocas
31. Alternativas de mercados	Não busca construções alternativas	Muito poucas iniciativas	Esforço importante	Ativa na busca alternativa
32. Informação técnica	Não procura	Pouca atividade	Atividade importante	Contato com várias fontes
33. Mão-de-obra	Externa, assalariada	Familiar quase insignificante	Familiar; pequena parte assalariada	Familiar
34. Auto-financiamento	Nulo	Pouco significativo	Importante	Muito importante
35. Poupança/ investimento	Nulos	Pouco significativos	Importantes	Muito importantes

Continua.....

...Continuação

Autodeterminação: desenvolvimento político dos agricultores; capacidade de negociação com o estado, as instituições e forças políticas relevantes ("autonomia política").

36. Identidade cultural	Não há preocupação	Mínima preocupação	Existem ações reais de fortalecimento	Participação em estratégias concretas
37. Negociações com o exterior	Capacidade próxima à nula	Baixa capacidade	Boa capacidade de Negociação	Ótima interação Capacidade negociação
38. Filiação movimentos e organizações	Filiação organizações tecnológico-mercantis	Predomínio a filiação a organização tecnológico-mercantis	Relação intensa com movimentos socioambientais	Conexão direta a movimentos socioambientais
39. Ideologia sócioambiental	Perspectiva do crescimento e do lucro imediato	Predomina a perspectiva do lucro	Grau importante de consciência socioambiental	Perspectiva socioambiental internalizada.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apresentamos no quadro anterior seis atributos ou propriedades sistêmicas, explicando brevemente seu sentido e sugerindo indicadores derivados deles¹⁸. Um indicador pode ser interpretado ora pelo prisma econômico, ora pelo técnico, ora pelo político, mas o esforço aqui constituiu-se em definir a dimensão predominante do indicador para encaixá-lo neste ou naquele atributo. Muitas vezes, um indicador tem várias dimensões fortes para a determinação da sustentabilidade: neste caso ele é colocado em mais de um atributo, não por simples duplicação, mas porque concretamente seu potencial é múltiplo (ver, por exemplo, diversidade para a sustentabilidade ecológica da produção e diversidade para a segurança alimentar e autonomia).

A presente proposta é um exercício, dentre outros possíveis, com o objetivo de dar mais operacionalidade aos atributos. Estes estão descritos sumariamente no próprio quadro 1, encabeçando as listas de indicadores a eles relacionados.

4. Considerações finais

Aproximar as dimensões ambientais e sociais em um mesmo indicador não é tarefa simples. O presente ensaio faz um primeiro esforço. Entretanto, só o trabalho de refinamento dessa proposta é fundamental e passa por duas vias (inter-relacionadas). Uma delas é o trato teórico, onde a tentativa é a de equalizar melhor os atributos gerais com os indicadores. Outra é a refinação pela aplicação a casos reais, de modo a possibilitar a refutação dos indicadores e a proposição de outros.

¹⁸ Parte-se de atributos para derivar-se indicadores. Os atributos são somente "indicadores macro" que situam áreas de interesse na avaliação dos agroecossistemas, enquanto os indicadores são medidas (no caso, qualitativas). Deste modo os atributos são sempre referidos a sistemas (sistemas agrícolas, sistemas de manejo, agroecossistemas) ou, no dizer de Conway, são *propriedades sistêmicas do agroecossistema* [CONWAY, G. R. (1985)]. Os indicadores, por extensão, também dizem respeito ao sistema, entendido espacialmente como a *unidade produtiva*. Para propor os presentes indicadores foram aproveitadas idéias de diversos autores, aos quais nem sempre foram dados os créditos bibliográficos formais, posto que no mais dos casos as adaptações ao enfoque socioambiental modificaram sua perspectiva original: CONWAY, 1985 (op. cit.); ASTIER, M. y O. MASERA, 1996 (op. cit.); CARVALHO, H. M. de (1993); DALY, H. e GAYO, D. (1995).

Ainda que a aplicação mais imediata dos indicadores tenha sido feita aqui para a distinção entre estilos de AE, eles podem ser utilizados para avaliar qualquer sistema agrícola, para acompanhar ao longo do tempo a sustentabilidade socioambiental de um mesmo sistema agrícola ou para comparar sistemas entre si.

A eleição dos "melhores" indicadores (quais serão efetivamente empregados numa avaliação) e o grau de importância de cada um deles ("peso" do indicador) dirão sempre respeito às condições concretas do agroecossistema (internas ou externas) a avaliar. Além disso, tais escolhas podem ser feitas diretamente pelo pesquisador ou equipe de pesquisa, por especialistas convidados, pela população envolvida ou por todos estes atores juntos. Cada uma dessas opções também tem, evidentemente, suas distintas repercussões.

Também é importante frisar que não há consenso sobre conceitos socioambientais chave como desenvolvimento sustentável, agricultura sustentável, sustentabilidade, dado que distintas interpretações refletem interesses diferentes. Os indicadores que derivam destes conceitos se comportam de igual maneira. Segundo Bakkes *et al.*, não há uma lista de indicadores universais¹⁹. Daí que a proposta apresentada é uma escolha política dentre inúmeras possibilidades teóricas.

5. Bibliografia

- ALTIERI, M. A. *Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture*. Boulder. Westview Press, 1987.
- ASTIER, M. e O. MASERA. *Metodología para la evaluación de sistemas de manejo incorporando indicadores de sustentabilidad*. GIRA-Grupo Interdisciplinario de Tecnología Rural Apropiada, 1996 (Documento de trabajo 17).
- BUTTEL, F. Environmentalization and greening: origins, processes and implications". In: HARPER, S. (Ed.) *The greening of rural policy: international perspectives*, London, Belhaven Press, 1993.
- CANUTO, J. C. Desenvolvimento e agricultura sustentáveis: motivações políticas, consenso e dissenso, Brasília-DF, SOBER, *Anais do XXX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 1992.
- CARVALHO, H. M. de. *Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável*. Curitiba. In: Materiales de trabajo del Curso "Desarrollo rural sostenible" ISEC/Universidad de Córdoba e Universidad Internacional de Andalucía, 1993.
- CONWAY, G. R. Agroecosystem analysis. In *Agricultural Administration*. 20:31-55. 1985.
- DALY, J. E. & GAYO, D. (1995) Conceptualización y procedimientos operativos del desarrollo sostenible: posibilidades de aplicación a la agricultura" In: CADENAS MARIN, A., op. Cit

¹⁹ BAKKES, J. A. *et al* (1994), citado em ASTIER, M e O. MASERA (1996), op. cit.

- DALY, H. E. (1991) *A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, AS-PTA (textos para debate n° 34).
- EHLERS, E. M. *O que se entende por agricultura sustentável?*, São Paulo, USP/Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, 1994 (dissertação de mestrado).
- DOVERS, S. R. & J. W. HANDMER. Ignorance, the precautionary principle, and sustainability. In *Ambio*. vol. 24 n° 2, págs. 92-93. 1995
- MARTINEZ ALIER, J. *De la economía ecológica al ecologismo popular*. Barcelona, Icaria Editorial, 1992.
- MARTINEZ ALIER, J. *Curso intensivo de economía ecológica*. Barcelona, Universidad Autónoma de Barcelona, 1995
- MARTINEZ ALIER, J. (1993) Valoración económica y valoración ecológica. In NAREDO, J. M. y PARRA, F. (Comps.) *Hacia una ciencia de los recursos naturales*. Madrid, Siglo Y-XI de España Editora. 1993.
- PASCHOAL, A. D. *Pragas, praguicidas e crise ambiental: problemas e soluções*. Rio de Janeiro, FGV-Fund. Getúlio Vargas, 1979.
- SEVILLA GUZMÁN, E. & A. LÓPEZ CALVO. Agroecología y campesinado: reflexiones teóricas sobre las ciencias agrarias ante la crisis ecológica. In SANCHEZ RINCÓN, A. *Agriculturas mediterráneas y mundo campesino*. Almería, Instituto de Estudios Almerienses, 1994.
- SEVILLA GUZMÁN, E. Hacia un desarrollo agroecológico desde el campesinado, in *Política y Sociedad*. 1991.

POSSIBILITY AND ALTERNATIVES FOR TOBACCO CULTIVATION

Abstract

Tobacco cultivation brings to the new land economic benefits to producers and increases to productivity when tobacco grows. There is, on other hand, strong opposition for its cultivation due to national government and also from tobacco-growers on account of agronomic and technical relationship with family industries. In Paraná do Sul - RS, several agricultural, FGV, regional organizations and farmers' initiatives search to strengthen the family agriculture in order to find a sustainable rural development. The article discusses this experience.

Key words: tobacco-cultivation; alternatives; family agriculture

1. Introdução

O presente trabalho é parte integrante do Projeto Pesquisa de Desenvolvimento em Ciências e Meio Ambiente da População de Paraná do Sul - desenvolvimento pelo uso de Pós-Graduação em Extensão Rural de UFSM.

A agricultura caracterizada-se por ser uma atividade típica de pequena propriedade, elemento determinante de mão-de-obra. Entretanto, desde os anos 60, a área rural ocupada na produção de fumo por propriedade de família vem se

Manuscrito do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural de UFSM.

Professor Carlos Canuto, do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural de UFSM.

Professor Doutor Vagner do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural - do Curso de Pós-graduação em Extensão Rural de UFSM.